

Desde as décadas finais do século passado que as fases colonial e imperial do Brasil vêm sendo investigadas com o concurso das escavações arqueológicas. A arqueologia dessas épocas do país traz substantivas inovações, pois faz vir à tona vestígios da cultura material do passado. A pesquisa histórica livra-se do exclusivismo do documento escrito, e o passado ressurge a partir dos indícios concretos produzidos no cotidiano ou nos eventos extraordinários. Exemplo disto são as pesquisas efetuadas em cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. No âmbito do extraordinário, temos as escavações em sítios da Guerra da "Restauração" Nordestina (1630-1654) ou da Guerra de Canudos (1897).

Em Sergipe, até onde sei, nada foi feito no campo da arqueologia histórica. O estudo dos séculos passados ainda não sofreu o impacto dos vestígios vindo à luz por meio das escavações arqueológicas. É uma lacuna a ser preenchida. Vejamos alguns pontos da história de Sergipe que podem ser elucidados com a contribuição da arqueologia.

São Cristóvão, antiga capital de Sergipe, é conhecida entre nós como a "quarta cidade mais antiga do Brasil". Esta informação circula

* Professor do Departamento de História da UFS

veiculada pelo sistema escolar, mídia e setores do turismo. É um dado difuso entre todos os sergipanos com uma pontinha de orgulho da nossa vetusta capital. De fato, a velha cidade foi fundada em janeiro de 1590 pelo preposto do governador da Bahia, Cristóvão de Barros. Com ele, tem início o hábito atual de nossos governantes batizarem suas obras com seus nomes. Embora ilegal, tal prática viceja solta. É um apanágio da classe mandante.

O que a maioria não sabe é que quando se fala da “quarta cidade mais antiga do Brasil”, não se trata da São Cristóvão atual, localizada às margens do combalido rio Paramopama, a sudoeste de Aracaju. O fato histórico é que a antiga capital, antes de situar-se no local atual, teve dois outros sítios de localização controversa. A São Cristóvão atual é, assim, o terceiro sítio de uma mesma cidade. A urbe mudou de lugar conservando, contudo, a mesma designação; vinho novo, mas com o velho rótulo. O fato não é incomum na História do Brasil: cidades mudaram de lugar sem trocar de nome.

As duas mudanças de local são incontestes conforme os documentos de época. Todos os testemunhos estão de acordo quanto à existência de tais trasladações. Todavia, o mesmo já não se pode dizer dos sítios das duas antigas São Cristóvão. A razão é simples; os testemunhos antigos não primam pela precisão no respeitante aos locais. Quase sempre são localizações aproximadas, imprecisas, para os parâmetros atuais. Por conta disto, a localização da primeira São Cristóvão gerou muitas hipóteses, fez correr muita tinta, desde o século 19, época do nascimento da nossa historiografia científica.

No século 19, mais precisamente em 1854, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1876) diz, em sua *História Geral do Brasil*, que o local da primitiva São Cristóvão era na “foz do rio de Sergipe, atual Cotindiba, sobre o istmo que forma aí o deságüe do Poxim”.¹

¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v 1, p. 34.

Conforme o historiador oitocentista, tal “arraial” ficava junto ao “Forte Velho”, levantado pelo conquistador Cristóvão de Barros. É difícil afirmar com precisão este local. Entretanto, a tradição historiográfica o tem posto, aproximadamente, no sítio do atual “Parque dos Cajueiros”, na zona sul de Aracaju, no encontro do rio Sergipe e do Poxim. Esta seria a localização da “primitiva” São Cristóvão, seu sítio primordial. Felisbello Freire (1858-1916), seguindo as pegadas de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, também toma a foz do Sergipe/Cotinguiaba como sendo o local da São Cristóvão primitiva. O historiador sergipense escreve, em obra de 1891: após a conquista militar do território, Cristóvão de Barros “levanta um forte sobre o istmo que forma a barra do rio Poxim, junto à foz do rio Sergipe, hoje Cotinguiaba e junto a ele funda um arraial, a que dá o nome de cidade de São Cristóvão”.²

Infelizmente, até hoje não se conhece nenhum documento do século 16 que localize com exatidão a São Cristóvão primordial. Todos os relatos conhecidos são posteriores à fundação do “arraial” inicial, batizado de cidade pelo seu fundador, Cristóvão de Barros. Os documentos conhecidos são da primeira metade do século 17, mais precisamente do primeiro quartel. Este é o caso dos testemunhos de Diogo de Campos Moreno (1566-c.1617) datado pelos peritos como de 1612; e a “Carta do Conselho”, lavrada em São Cristóvão em 03 de setembro 1603. Estes documentos, quase coevos, pouco ajudam para esclarecer a localização da São Cristóvão inicial; o arraial de Cristóvão de Barros a que faz referência os historiadores e cronistas do século 19.

A “Carta do Conselho” é fonte preciosa, pois nos fornece alguns dados sobre a primeira São Cristóvão. O documento seiscentista data a primeira transferência da incipiente cidade. Conforme o testemunho, ela teria ocorrido por volta de 1596-97. Assim sendo, o arraial fundado pelo conquistador de Sergipe e seus companheiros teria durado somente seis ou sete anos: de 1590, data da conquista, até 1596-97. Foi uma

² FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 83.

povoação de vida efêmera, pois durou um parco quinquênio.³ O mesmo documento informa que a São Cristóvão daquela primeira fase (1590-1596/7) estava situada no "Aracaju". Lastimavelmente, o testemunho não nos fornece dados mais precisos da localização deste Aracaju do início do século 17. Seja como for, tal fato implica que a primeira São Cristóvão ficava em território da atual Aracaju.

A mesma "Carta" informa que a São Cristóvão já possuía "ygreja". Quanto à segunda localização da capital, o documento informa-nos que ela foi situada "neste oiteiro". Para tristeza do investigador, a fonte dá somente esta avaríssima informação. Onde ficava este enigmático "oiteiro"? O documento nada mais informa sobre ele. É de um laconismo extremo; desesperador. A pesquisa histórica padece destas situações: a exigüidade dos indícios sobre o tema investigado.

Pode-se supor, no entanto, que este Aracaju da carta seiscentista corresponde, mais ou menos, aos atuais bairros Santo Antônio e Porto Dantas. Deste modo, no século 19 há documentos que falam de uma aldeia e povoação do Aracaju. Isto ocorre, por exemplo, no caderno de notas do Imperador Pedro II, quando da sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. O monarca anota no dia 12 de janeiro: "Santo Antônio do Aracaju, antiga povoação do Aracaju, num alto, a um – de légua [da sede da nova capital], donde se goza de boa vista vendo tabuleiros de salinas".⁴ Não é difícil ver, neste local referido pelo Imperador, o atual morro de Santo Antônio e do Urubu (formações contíguas).

Outra fonte, datada de 1845, esclarece sobre o que era Aracaju na primeira metade do século 19. À época, o termo nomeava uma "montanha, uma aldeia indígena (de remanescentes tupinambá) e um porto, o "porto do Aracaju". O documento diz-nos que a montanha e sua aldeia ficavam situadas "sobre a margem direita do rio Cotinguiba

³ Carta do Conselho, 3 de setembro de 1603. Apud FREIRE, Felisbello. "Sesmaria de Sergipe". *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 398-99.

⁴ "Diário do Imperador D. Pedro II em sua visita a Sergipe em janeiro de 1860". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 26, v. 21, p. 64-78, 1961-1965. citação p. 66.

e a cerca de duas léguas do mar”.⁵ Este “Aracaju” do início do século 19 era, muito provavelmente, o sítio da primitiva São Cristóvão, local do arraial fundado por Cristóvão de Barros.

O *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil*, atribuído a Diogo de Campos Moreno, traz um substancioso capítulo sobre a Capitânia de Sergipe D’El Rey. Trata-se de um retrato da capitania nascente, vinte e dois anos após a sua conquista, pois o livro é, conforme os especialistas, de 1612. A obra vem enriquecida com duas cartas do cosmógrafo João Teixeira Albernaz, dito o velho. Sobre a São Cristóvão primitiva, informa Diogo de Campos Moreno que ela “foi fundada no ponto A”. Remete assim à carta de número 13 que ilustra o livro. O “ponto A”, falado por Moreno, está situado no mapa às margens do rio Sergipe sem indicações mais precisas. Todavia, é possível inferir que o local referido é o atual morro do Urubu.⁶

No início do oitocentos, em 1808, o bispo D. Marcos Antônio de Souza escreve sobre onde Cristóvão de Barros teria fundado o seu “arraial”, a São Cristóvão primitiva. O prelado informa claramente: o fundador de Sergipe levantou a sua cidadela “no sítio denominado Aracaju, perto da Barra do rio Serzipe”.⁷ O autor, como se vê, é muito elucidativo. A primeira São Cristóvão ficava no Aracaju, local que hoje corresponde, muito provavelmente, à colina do Santo Antônio e ao morro do Urubu. Leve-se em conta que o sacerdote, como sergipano, sabia do que falava. Portanto, indaguemos: ainda restariam vestígios arqueológicos deste arraial e do forte?

Diante do exposto, temos o seguinte quadro: enquanto Francisco Adolfo Varnhagen e Felisbelo Freire, em obras da segunda metade do século 19, tomam como sítio da primitiva Aracaju a foz do rio Poxim,

⁵ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. *Dicionário da província de Sergipe*. edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. São Cristóvão: editora da UFS, 2001.

⁶ MORENO, Diogo de Campos. *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil* [1612] ed. fac-similar. Rio de Janeiro: INL, 1968.

⁷ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitânia de Serzipe*. Aracaju: Tipographia do Jornal do Commercio, 1878. p. 6.

os testemunhos mais antigos e mais confiáveis dos séculos 17, 18 e início do 19 dão como local da São Cristóvão primitiva o sítio "Aracaju", ou seja, a área atualmente compreendida entre a colina de Santo Antônio e o morro do Urubu, nos bairros Santo Antônio e Porto Dantas, respectivamente. Assim, como reza a Crítica Histórica, as fontes mais antigas merecem maior crédito.

Outro exemplo a pedir esclarecimento arqueológico é o convento jesuíta de São Cristóvão. Este, segundo o já citado Felisbelo Freire, localizava-se "junto a São Cristóvão atual". Em 1891, já estava em ruínas.⁸ De fato, em 10 de março de 1601, os jesuítas solicitam ao capitão-mor de Sergipe sesmaria junto a "serra de Cayaiba na Tapera, chamada Pixapoam a oito léguas de São Cristóvão". Diogo de Quadros lhes doa terras pelas fraldas das [serras?] da Itanhana e Cajaíba pelo Vale direito do rio Vazabarris. Os jesuítas diziam estar em Sergipe desde 1596. Recebem sesmaria de "tres léguas em quadro".⁹

Outro exemplo a ser dirimido pela arqueologia histórica é o forte holandês de São Cristóvão. A existência desta construção militar é testemunhada, dentre outros, pelo Frei Manuel Calado (1584-1654). Conforme ele, os holandeses "... edificaram (...) uma fortaleza na cidade de São Cristóvão".¹⁰

Segundo o mesmo cronista, no início da insurreição dos portugueses contra os holandeses, estava Dom Antônio Felipe Camarão "alojado em Sergipe Del Rei com todos os seus brasileiros" [diga-se, índios]. Isto em 1644.¹¹ Noutro passo, o Frei Manuel Calado diz que Camarão "veio morar a Sirigipe Del Rei, capitania que estava despovoada de seus moradores, e aonde depois das tréguas publicadas edificaram

⁸ FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 94.

⁹ Ver "Carta dos padres da Companhia de Jesus". In: FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 357.

¹⁰ CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v., v. 1, p. 235-6. 1ª ed. 1648.

¹¹ CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v., v.

à falsa fé dos holandeses uma fortaleza na cidade de São Cristóvão; e o Camarão (...) se veio com toda sua gente, e fez seu alojamento em Serigipe Del Rei bem perto da fortaleza do inimigo; ...".¹²

Um cronista holandês também documenta este forte flamengo em São Cristóvão. O *Diário ou narração histórica* (1651) do combatente holandês Matheus van den Broeck registra, em 18 de agosto de 1645, que o "fortim de Sergipe de el Rei" comandado pelo tenente Hans Vogels rendeu-se cercado pelo capitão português D. João de Souza.¹³

É razoável supor que nos arredores do fortim de São Cristóvão habitassem, além de soldados, holandeses civis voltados para atividades agrícolas e de pesca, tal como ocorreu no forte Maurício (Penedo-AL). Em suas redondezas havia, conforme um testemunho ocular, "lavradores de roça, pescadores e feitores de currais".¹⁴ A condição de praça de Guerra do Penedo não afastava do local neerlandeses voltados para atividades não bélicas. Quadro similar deve ter ocorrido em São Cristóvão, sede administrativa do Cirigipe Del Rei. Assim, perguntemos: qual a localização precisa deste forte holandês na velha São Cristóvão? Somente a arqueologia histórica poderá responder.

Por fim, há o registro de um forte luso-brasileiro na região do sertão do São Francisco. No início do século passado (1916), o historiador Francisco Carvalho Lima Júnior (1856-1929), em excursão ao atual município de Canindé-SE, revela ter se deparado com ruínas de um forte português construído à "margem esquerda" do Rio Xingó, na "confluência da estrada real com o rio", em uma pequena colina. Con-

¹² CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987. 2v. . v. 1. p. 237. 1ª ed. 1648.

¹³ BROECK, Matheus van den. "Diário ou narração histórica". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40. parte 1ª. p.5-65, 1877. p. 45.

¹⁴ BROECK, Matheus van den. *Diário ou narração histórica*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40.

forme Lima Júnior, a tradição oral da região dizia que tais ruínas eram de uma “igreja dos flamengos” ou ainda “uma igreja dos padres da companhia” [de Jesus].¹⁵

Vestígios de fortificações erigidas pelos luso-brasileiros não são, obviamente, exclusivas do território sergipano. No desenrolar da Guerra da “Restauração”, os atuais Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia foram palco de escaramuças entre lusitanos e neerlandeses. Na vizinha Bahia, no município do Conde, havia ainda, no segundo decênio do século vinte, “muitos vestígios de fortificações”. Isto é o que informa o abalizado historiador baiano Francisco Borges de Barros descrevendo os diversos municípios da pátria de Rui Barbosa.¹⁶

Outro aspecto da história de Sergipe a pedir elucidação pela arqueologia histórica diz respeito à localização dos grupos indígenas que habitavam Sergipe quando da chegada do conquistador militar, Cristóvão de Barros. Neste setor a Arqueologia Histórica prestaria grandes serviços, desfaria mistérios.

Onde se localizavam as aldeias dos índios sergipenses? Enquanto não vem a contribuição da Arqueologia Histórica, vejamos, à luz dos escassos testemunhos escritos, o que se pode apurar. Vale ressaltar que não são dados positivos, seguros, mas especulações hipotéticas. A história se vale deste recurso quando faltam bases mais seguras, documentais, como um expediente auxiliar do historiador. A hipótese é um expediente auxiliar do historiador. Neste sentido, tomo as cartas de sesmarias editadas por Felisbelo Freire, como anexo, em sua História de Sergipe (1891). As sesmarias editadas pelo historiador vão de 1594 até 1669. São ricos documentos que fornecem inúmeras informações sobre os primórdios da colonização de Sergipe e estão a precisar uma reedição cuidadosa.

¹⁵ LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911, p. 512-3.

¹⁶ BARROS, Francisco Borges de. *Diccionario Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia [Salvador]: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 197.

As cartas das sesmarias sergipanas estão pontilhadas de rápidas referências às “taperas”, ou seja, antigas aldeias indígenas desabitadas, abandonadas pelos seus moradores primitivos. No caso em questão, as **taperas** resultavam, provavelmente, da fuga dos índios para o interior ou da morte na sangrenta guerra contra o colonizador ou invasor; ou mesmo pelas mudanças costumeiras desses povos. Um testemunho do início do século 17 (1627) revela que, na refrega da conquista, milhares de índios foram dizimados. Segundo as suas palavras, “mataram mil e seiscentos e cativaram quatro mil”.¹⁷ Isto somente na batalha final, pois o cômputo total da conquista seria bem mais avultado; o saldo sangrento da carnificina.

As sesmarias enfocadas fazem menção a um conjunto de **taperas** espalhadas pelo território sergipano. Os documentos nomeiam: Taioba, Taperoá, Baraúna, Paranaçu, Manilha, Samba e Enforcados. Dentre as sete citadas, quatro tem nomes decididamente tupinambá, ao passo que três recebem denominações em língua portuguesa. É o caso de Samba, Enforcados e Manilha. Estas extintas aldeias estavam localizadas, predominantemente, na costa, as outras estavam sediadas no interior, no sertão, distante do mar. Vejamos o que se pode averiguar sobre as taperas de nomes tupinambá.

A primeira tapera a aparecer nas sesmarias editadas é “**taioba**”. O termo, no português atual, nomeia uma erva da família das aráceas, de folhas sagitadas grandes, tubérculo também usado como comestível. É, em síntese, uma planta de folhas comestíveis. Isto é o que informa um dicionário recente.¹⁸ Taioba é o termo de origem tupi introduzido na língua portuguesa em fins do século 16. A palavra, antes da forma atual, foi usada de modos variados: “tajaoba”, “taiaoba”, “tayoba”, “taióba”, “tajoba”. Na sesmaria sergipense, o vocábulo vem

¹⁷ SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Livro IV. Capítulo 20. p. 254.

¹⁸ HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2659.

escrito "tajaoba". A expressão "tapera da tajaoba" parece indicar a abundância da planta no sítio da antiga aldeia indígena. Seu local, conforme Felisbello Freire, era "junto ao rio Poxim". Em 16 de maio de 1596, o capitão-mor Diogo de Quadros concedeu a Miguel Soares de Souza sesmaria no local da aldeia abandonada.¹⁹

O documento, como de costume, não oferece maiores indicações sobre a localização desta "Tapera da Taioba". O peticionário dá algumas informações imprecisas, vagas. Conforme ele, as terras pedidas estão situadas abaixo da banda sul do rio Poxim, onde começa a sesmaria concedida a Domingos Fernandes Nobre de Caminha. Examinando a petição deste sesmeiro, vê-se que suas terras eram na "banda do rio Poxim", junto a uma outra sesmaria já concedida a Manuel Rodrigues situada no rio Poxim, levando o dito rio ao meio. Andamos em círculos impossibilitados de situar com precisão a antiga taba tupinambá.

Todavia, um registro toponímico, finalizado em 1914, de autoria de Armindo Guaraná, traz a denominação Taioba (bem como sua variante mais antiga "taxaoba"). Conforme o autor, o topônimo nomeava então coisas distintas no município de Itaporanga: um riacho e um povoado. Provavelmente o nome do riacho passou para o povoado como é freqüente ocorrer.²⁰ Ainda hoje, existe o riacho e o povoado no município de Itaporanga. Não é descabido ver nesta povoação o sítio da antiga tapera do século 17. Eis um ponto a reclamar a investigação arqueológica.

Em seguida, vem a tapera de "Taperoá". No conjunto das sesmarias editadas, o topônimo é mencionado duas vezes. No primeiro o escrivão anota "aldeia da taperagua"; no segundo, o mesmo escrivão grifa "a aldeia que chamão 'Tepahogua". Felisbello Freire, anotando

¹⁹ Carta Sesmaria de Miguel Soares de Souza. 16 de maio de 1596. Apud FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 334.

²⁰ GUARANÁ, Armindo. Glossário Etymológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. P. 297-326, 1916.

do esta sesmária, “traduz” “tepahogua” por “taperoá”.²¹ Esta anarquia ortográfica não era incomum nos documentos da época. O tupinólogo Teodoro Sampaio (1885-1937) afirma que *taperoá*, bem como as variantes *taperabá*, *taperuá*, *taperaguá*, é forma contrata de *taper-uara* e significa o morador, o vivente, o habitante das *taperas*. Era este o nome dado pelos índios *tupinambá* às andorinhas.²²

Taperuá e taperaguá figuram do inventário feito por Guaraná no início do século 20. São variantes de um mesmo topônimo e tem o mesmo significado: andorinha ou “vivente das taperas”. O tupinólogo sergipense diz que “taperaguá” é o “nome indígena da aldeia da Água Azeda, em São Cristóvão” ao passo que taperoá é um povoado do município de Siriri.²³ Não é despropósito ver na *taperaguá* sancristovense o sítio da antiga tapera tupinambá dos começos do século 17. A “Água Azeda” do oitocentos é hoje a Fazenda Taperoá produtora da água mineral comercializada com este último nome. A antiga aldeia tomou-se hoje marca de um produto comercial vendido em Sergipe e em estados limítrofes. Fonte do início do século 18 (1724) noticia a existência da igreja de “Nossa Senhora de Nazaré no Itaparaguá”.²⁴ É de se supor que, sobre os destroços da antiga taba, os religiosos contruíram a sua missão. Restou a velha igreja desafiando o tempo.

A “tapera de Baraúna” é a terceira aldeia abandonada citada no conjunto das sesmarias examinadas. Em agosto de 1602, o capitão-mor Cosme Barbosa concede aos sesmeiros Melchior Maciel e Baltazar

²¹ Carta de Manoel da Fonseca, em 5 março de 1600; Carta de Martin Lopes, em 24 de abril de 1600. Apud: FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 345; 347).

²² SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 322; CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 280; HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2670.

²³ GUARANÁ, Armindo. Glossário Etymológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. p. 297-326. 1916.

²⁴ FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil – 1724. Apud: CASTELO, José Adenaldo (org.). *O Movimento Academicista no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. V. 1. tomo 5. p. 291.

Maciel “tres léguas de terra em quadro” na margem norte do Cotinguiba, no início da “tapera de guarauna”.²⁵ *Baraúna* é termo de assente procedência tupi. A palavra, conforme especialistas, deriva de dois étimos tupinambá: *ibirá*=madeira; e *una*=preta. Tal madeira tem o nome científico de *melanoxylon barauna*. O termo nativo comporta muitas variações gráficas, conforme o parecer dos peritos: *brauna*, *brahýna*, *braúna*, *baraúna*, *gunrauna*, *garauna*, *graúna*, *grauna*.²⁶ Aqui, mais uma vez, o nome da aldeia parece apontar para uma das suas características: a abundância da *baraúna*.

O topônimo *baraúna* não aparece no já citado levantamento feito por Armindo Guaraná em 1914. Todavia, nele comparece um outro topônimo que muito provavelmente é mera corruptela ou variante de *baraúna*. O inventário registra *paraúna*, designando dois objetos: um riacho afluente do rio São Francisco e, nos tempos do autor, “a Ilha do Brejo Grande”.²⁷ O local *baraúna* ainda existe com mesmo nome, pois consta em um levantamento dos povoados sergipanos com mais de vinte domicílios, feito em 1987. Está na lista como um dos povoados do município de Brejo Grande, no litoral norte do Estado.²⁸

Por fim, no rol das *taperas* com nome tupi, temos a velha aldeia de *paranaçu*. O topônimo indígena surge na petição de Brás de Abreu passada em maio de 1623. O sesmeiro pede uns “sobejos” de terras pelo “rio de Piragohi arriba e ponente até a tapera do Peraasu”.²⁹ Creio

²⁵ Carta de Melchior Maciel e Baltazar Maciel, em 17 de agosto de 1602. Apud : FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 389.

²⁶ SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 204; CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico de Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 74.

²⁷ GUARANÁ, Armindo. Glossário Etymológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. p. 297-326, 1916.

²⁸ SERGIPE. *Infra-estrutura Básica dos Povoados de Sergipe*. Aracaju: IESAP, 1988. p. 15.

²⁹ Carta de Braz de Abreu, em 15 de maio de 1623. Apud : FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 409.

que o "Peraasu" do escrivão seiscentista seja mera variante de Paranaguaçu ou Paranaucú. Este último é explicado por Teodoro Sampaio como sendo "mar largo, caudal grande, mar undoso".³⁰ Felisbello Freire, anotando esta carta, confessa não saber qual era o "rio Paragohi" nem o local da enigmática "Tapera do Peraasu".

Os nomes dados pelos tupinambá às suas aldeias remetem, como se viu, à aves (Taperoá); ervas (Taioba); madeiras (Baraúna); e rios (Paranaçu). O universo circundante fornecia a matéria prima da nomenclatura usada para nomear suas aglomerações. Assim fazendo, os tupinambá caracterizavam as suas aldeias pelos seus atributos peculiares. Eram finos nomeadores, porque exímios observadores.

Eis aí algumas pistas úteis para futuras investigações no terreno ainda virgem da arqueologia histórica em Sergipe.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Francisco Borges de. *Diccionario Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia [Salvador]: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- BROECK, Matheus van den. "Diário ou narração histórica". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40, parte 1ª, p.5-65, 1877.
- CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v., v. 1, p. 237. 1ª ed. 1648.
- CARTA de Braz de Abreu, em 15 de maio de 1623. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 409.
- CARTA de Manoel da Fonseca, em 5 março de 1600; Carta de Martin Lopes, em 24 de abril de 1600. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 345; 347.

³⁰ SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 295.

- Carta de Melchior Maciel e Baltazar Maciel, em 17 de agosto de 1602. Apud : FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 389.
- Carta do Conselho, 3 de setembro de 1603. Apud FREIRE, Felisbello. "Sesmaria de Sergipe". *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 398-99.
- Carta dos padres da Companhia de Jesus. In: FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 357.
- Carta Sesmaria de Miguel Soares de Souza. 16 de maio de 1596. Apud FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 334.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- DIÁRIO do Imperador D. Pedro II em sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 26, v. 21, p. 64-78, 1961-1965.
- FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil – 1724. Apud: CASTELO, José Adenaldo (org.). *O Movimento Academicista no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. V. 1. tomo 5.
- FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GUARANÁ, Armindo. Glossário Etymológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. P. 297-326, 1916.
- HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911.
- MORENO, Diogo de Campos. *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil [1612]* ed. fac-similar. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. *Dicionário da província de Sergip*: edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. São Cristóvão: UFS, 2001.
- SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987

SERGIPE. *Infra-estrutura Básica dos Povoados de Sergipe*. Aracaju: IESAP, 1988.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitânia de Serzipe*. Aracaju: Tipographia do Jornal do Commercio, 1878.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v. 1.

